

Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados..... 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Building a better
working world

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	467	1.974
Contas a receber de clientes	4	1.652	1.996
Cauções e depósitos vinculados		-	65
Estoques	5	2.202	2.072
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		837	548
Outros tributos a recuperar		-	413
Outros ativos		645	31
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		5.803	7.099
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	6	52.530	39.617
Conta de ressarcimento		-	123
Tributos diferidos		358	150
Imobilizado, líquido	7	63.868	63.223
Intangível, líquido		822	880
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		117.578	103.993
TOTAL DO ATIVO		123.381	111.092
	Notas	2023	2022
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		605	1.447
Empréstimos e financiamentos	8	4.235	4.029
Contas a pagar partes relacionadas		353	336
Conta de ressarcimento		334	443
Passivo de arrendamento		128	161
Imposto de renda e contribuição social a pagar		490	962
Outros tributos a pagar		98	176
Dividendos a pagar		174	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		6.417	7.554
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	40.357	43.619
Conta de ressarcimento		2.982	-
Passivo de arrendamento		2.120	2.585
Provisão para desmobilização		1.070	6.408
Provisões para processos judiciais e outros		-	145
Dividendos a pagar		483	483
Outras obrigações		51	53
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		47.063	53.293
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		43.503	32.808
Reserva de lucros		26.398	17.437
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	69.901	50.245
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.381	111.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	10	18.738	19.053
Custo de produção e operação de energia	11	(9.120)	(7.119)
LUCRO BRUTO		9.618	11.934
Gerais e administrativas	12	(207)	(986)
Outras (despesas) receitas operacionais		302	454
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		95	(532)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.713	11.402
Receitas financeiras		4.807	3.044
Despesas financeiras		(3.286)	(3.559)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	1.521	(515)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		11.234	10.887
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.203)	(1.445)
Imposto de renda e contribuição social diferido		104	60
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	(2.099)	(1.385)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.135	9.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.135	9.502
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	9.135	9.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital a integralizar	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Reserva de Incentivos Fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		24.845	-	597	5.792	1.721	-	32.955
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.502	9.502
Aumento de capital social		7.963	-	-	-	-	-	7.963
Constituição de Reserva legal		-	-	475	-	-	(475)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	8.579	-	(8.579)	-
Constituição de Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	273	(273)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(175)	(175)
		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	32.808	-	1.072	14.371	1.994	-	50.245
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.135	9.135
Aumento de capital social		10.695	-	-	-	-	-	10.695
Constituição de Reserva legal		-	-	457	-	-	(457)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	8.504	-	(8.504)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(174)	(174)
		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	43.503	-	1.529	22.875	1.994	-	69.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Lucro Líquido do exercício		9.135	9.502
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	4.221	3.504
Atualização monetária de ressarcimento	13	231	-
Juros sobre passivo de arrendamento	13	223	207
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13	(4.588)	(2.909)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13	-	(45)
Encargos financeiros de dívidas	13	2.464	2.562
Tributos e contribuições sociais diferidos		(104)	-
		11.582	12.821
Variação de ativos e passivos operacionais		(719)	3.910
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	98
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	3.017
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.556)	(10.254)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Juros)		(1.860)	(2.011)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(223)	(207)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.224	7.374
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(6.365)	(1.510)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.365)	(1.510)
Atividades de financiamentos:			
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	6	(8.260)	(8.436)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)		(3.629)	(3.392)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)		(31)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(141)	(152)
Aumento de capital	9	10.695	7.963
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.366)	(4.017)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.507)	1.847
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.974	127
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		467	1.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Areia Branca – Rio Grande do Norte, Fazenda Mar e Terra Papaiz S/N, Zona Rural, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Mar e Terra.

A Companhia é controlada diretamente pela MS Participações Societárias S.A e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	11	23,1	8,4

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	336,88	jul/12	jun/32	IPCA	Julho

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 08 de maio de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$614 (R\$455 negativo em 31 de dezembro de 2022), está convencida de que suas operações têm

capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Essa informação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistente com seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia podendo sofrer alteração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	39	73
Operações compromissadas	428	1.901
Subtotal	467	1.974
Total	467	1.974

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	1.652	1.996
Total	1.652	1.996

5 ESTOQUE

	2023	2022
Almoxarifado	2.202	2.072
Total	2.202	2.072

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2023	2022
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	51.422	38.575
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	1.108	1.108
Subtotal	52.530	39.682
Total	52.530	39.682

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos das dívidas. A integridade dos recursos retidos nestas contas deve ser aplicados seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$ 51.422 (R\$ 38.575 em 31 de dezembro

de 2022) está aplicado em CDBs, a rentabilidade média apurada foi de 95,73% do CDI (96,08% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.757
Adições	20.759
Atualização monetária	2.489
Baixas e resgates	(12.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.682
Adições	21.336
Atualização monetária	4.588
Baixas e resgates	(13.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.530

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos complexos Eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16%	14.493	(6.534)	7.959	8.417
Máquinas e equipamentos	4,02%	80.212	(38.951)	41.261	48.625
Móveis e utensílios e outros	6,25%	75	(48)	27	31
Imobilizado em serviço		94.780	(45.533)	49.247	57.074
Imobilizado em curso (i)		12.707	-	12.707	3.670
Bens vinculados às concessão e autorizações		107.487	(45.533)	61.954	60.744
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	5,56%	2.880	(966)	1.914	2.479
Total Imobilizado		110.367	(46.499)	63.868	63.223

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 18 anos e depreciados a uma taxa média de 5,56%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (i)	Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.493	-	-	-	14.493
Máquinas e equipamentos	85.976	-	(6.995)	1.231	80.212
Móveis e utensílios e outros	75	-	-	-	75
Imobilizado em serviço	100.544	-	(6.995)	1.231	94.780
Imobilizado em curso	3.670	6.365	-	2.672	12.707
Bens vinculados às concessão e autorizações	104.214	6.365	(6.995)	3.903	107.487
Direito de uso de terreno arrendado	3.238	-	(358)	-	2.880
Subtotal	107.452	6.365	(7.353)	3.903	110.367
Depreciação / Amortização arrendamento	(44.229)	(4.163)	1.357	536	(46.499)
Total Imobilizado	63.223	2.202	(5.996)	4.439	63.868

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para Desmantelamento	Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.639	-	-	(3.146)	14.493
Máquinas e equipamentos	80.329	-	(562)	6.209	85.976
Móveis e utensílios e outros	27	-	-	48	75
Imobilizado em serviço	97.995	-	(562)	3.111	100.544
Imobilizado em curso	2.368	1.510	-	(208)	3.670
Bens vinculados às concessão e autorizações	100.363	1.510	(562)	2.903	104.214
Direito de uso de terreno arrendado	2.880	358	-	-	3.238
Subtotal	103.243	1.868	(562)	2.903	107.452
Depreciação / Amortização arrendamento	(39.553)	(3.415)	21	(1.282)	(44.229)
Total Imobilizado	63.690	(1.547)	(541)	1.621	63.223

- (i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$5.996.
- (ii) O valor de R\$4.439 (R\$1.621 em 2022) refere-se a reclassificações de intangível para o imobilizado

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	2023						Total circulante + não circulante
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNB	2033	2.295	849	(374)	2.770	36.454	(3.150)	33.304	36.074
BNDES	2029	1.582	32	(148)	1.465	7.780	(727)	7.053	8.518
Total da dívida		3.877	881	(522)	4.235	44.234	(3.877)	40.357	44.592

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	2022						Total circulante + não circulante
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNB	2033	2.055	894	(324)	2.625	38.748	(3.574)	35.174	37.799
BNDES	2029	1.567	35	(198)	1.404	9.269	(824)	8.445	9.849
Total da dívida		3.622	929	(522)	4.029	48.017	(4.398)	43.619	47.648

8.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.490
Encargos financeiros	2.053
Pagamento de principal	(3.392)
Pagamento de encargos financeiros	(2.011)
Amortização de custos de transação	508
Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.648
Encargos financeiros	1.809
Variação monetária	102
Pagamento de principal	(3.629)
Pagamento de encargos financeiros	(1.860)
Diferimento dos custos de transação	(31)
Amortização dos custos de transação	553
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.592

8.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	50.000	27/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	36.074	Maior/2033	Construção do Parque Eólico
BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,88%	Mensal	Mensal	8.518	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico

8.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos e Financiamentos	Custos de transação	Total
2025	4.136	(627)	3.509
2026	4.358	(627)	3.731
2027	4.568	(627)	3.941
2028	4.820	(627)	4.193
Após 2029	26.352	(1.369)	24.983
Total	44.234	(3.877)	40.357

8.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023	2022
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
MS Participações Societárias S.A.	55.454.778	41.821.614
Total das ações ordinárias	55.454.778	41.821.614

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$43.503 (R\$32.808 em 31 de dezembro de 2022), composto por 55.454.778 (41.821.614 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$160. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$5.235. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 31 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$5.300. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

9.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, constituiu uma reserva de R\$457 (R\$475 em 31 de dezembro de 2022).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação constituiu uma reserva de R\$8.504 (R\$8.579 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia é beneficiária de subvenções federais por meio de investimentos realizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”). O resultado contábil anual obtido do incentivo é destinado ao patrimônio líquido em reserva de incentivos fiscais, onde deverá permanecer e não poderá ser utilizado para distribuição de dividendos, em 31 de dezembro de 2023 não foi constituído reserva de incentivo fiscal (R\$273 em 31 de dezembro de 2022) tendo em vista que a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, conforme nota 14.

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído dividendos mínimos de R\$174 (R\$175 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das

diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
Contratos bilaterais	22.694	21.670
Ressarcimento de energia	(3.223)	(3.750)
Mercado de curto prazo	2	-
Crédito de carbono	-	1.915
Receita operacional bruta	19.473	19.835
(-) PIS e COFINS	(723)	(782)
(-) ICMS	(12)	-
Receita operacional líquida	18.738	19.053

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(3)	(2)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.385)	(1.813)
Taxa de fiscalização ANEEL	(94)	(86)
Subtotal	(1.482)	(1.901)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.256)	(602)
Material	(998)	(217)
Depreciação e amortização	(4.221)	(3.504)
Seguros	-	(756)
Arrendamentos e aluguéis	(120)	(80)
Contribuições setoriais	(20)	-
Outros custos operacionais	(23)	(59)
Subtotal	(7.638)	(5.218)
Total	(9.120)	(7.119)

12 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de terceiros	(207)	(986)
Total	(207)	(986)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	187	45
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	4.588	2.954
Variações monetárias	29	45
Outras receitas financeiras	3	-
Subtotal	4.807	3.044
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(2.464)	(2.562)
Atualização provisão desmobilização	(300)	(358)
Atualização ressarcimento	(231)	(165)
Juros sobre arrendamento	(223)	(207)
Tarifas e encargos bancários	(50)	(51)
Outras despesas financeiras	(18)	(216)
Subtotal	(3.286)	(3.559)
Total Líquido	1.521	(515)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	23.214	21.467	23.214	21.467
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Receita operacional crédito de carbono	-	1.915	-	1.916
Alíquota lucro presumido crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Receita presumida	1.857	2.330	2.786	3.189
Outras receitas	4.269	2.809	4.269	2.809
Outros ajustes	-	-	-	-
Base de cálculo	6.126	5.139	7.055	5.998
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(919)	(771)	(635)	(540)
Adicional 10%	(589)	(490)	-	-
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)	(44)	273	(16)	-
Outros ajustes	-	66	-	17
IRPJ e CSLL corrente	(1.552)	(922)	(651)	(523)
IRPJ e CSLL diferido	68	39	36	21
IRPJ e CSLL no resultado	(1.484)	(883)	(615)	(502)
Alquota efetiva	24,23%	17,18%	8,71%	8,37%

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	39	39	73	73	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	428	428	1.901	1.901	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	1.652	1.652	1.996	1.996	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	52.530	52.530	39.682	39.682	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	-	-	123	123	Custo amortizado
Total	54.649	54.649	43.775	43.775	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	605	605	1.447	1.447	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	44.592	44.592	47.648	47.648	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	353	353	336	336	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	3.316	3.316	443	443	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	2.248	2.248	2.746	2.746	Custo amortizado
Dividendos a pagar	657	657	483	483	Custo amortizado
Total	51.771	51.771	53.103	53.103	

15.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de

recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	467	1.974
Contas a receber de clientes	1.652	1.996
Cauções e depósitos vinculados	52.530	39.682
Total	54.649	43.652

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	44.592	47.648
Caixa e equivalentes de caixa	(467)	(1.974)
Cauções (garantias de financiamentos)	(51.422)	(38.573)
Dívida líquida	(7.297)	7.101
Patrimônio líquido	69.901	50.245
Dívida líquida / Patrimônio líquido	-10,44%	14,13%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 8.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	605	-	-	-	-	605	1.447
Empréstimos e financiamentos	573	5.006	11.376	18.085	22.111	57.151	47.648
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	353	-	-	353	336
Passivo de arrendamento	33	134	148	554	1.493	2.362	2.746
Dividendos a pagar	-	174	483	-	-	657	483
Total	1.211	5.314	12.360	18.639	23.604	61.128	52.660

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	428	1.901
Cauções e depósitos vinculados	52.530	39.682
Conta de ressarcimento	(3.316)	(320)
Empréstimos e financiamentos	(48.992)	(52.568)
Total	650	(11.305)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Cauções (Garantias de financiamento)	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	51.422	2.628	3.944	5.255	6.572	7.883
Impacto no resultado			2.628	3.944	5.255	6.572	7.883
Total da exposição líquida			2.628	3.944	5.255	6.572	7.883

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(3.316)	(64)	(96)	(129)	(161)	(193)
Impacto no resultado			(64)	(96)	(129)	(161)	(193)
Total da exposição líquida			(64)	(96)	(129)	(161)	(193)

Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES	TJLP	(9.394)	(446)	(581)	(717)	(852)	(987)
Impacto no resultado			(446)	(581)	(717)	(852)	(987)
Total da exposição líquida			(446)	(581)	(717)	(852)	(987)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”) e com Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), a dívida junto ao BNB possui taxa prefixada dessa forma, sem exposição ao risco de mercado, conforme nota explicativa nº 8.

O montante relacionado a Dívida apresentado na tabela acima não contempla os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja,

deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistêmica do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são *constrained-off* para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de *constrained-off*. Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.